



coletivo de tecnologia
e soberania digital

DIRETRIZES SOBRE POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

PARA PROGRAMAS DE GOVERNO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Considerando
a atuação nos
municípios e o
papel histórico do
PSOL, devemos
lutar por:

1.

Uma população com conectividade significativa à Internet

Conectividade significativa se trata do acesso à Internet que seja de fato considerado como direito, em que as pessoas tenham condições de produzir, circular e receber informações de forma satisfatória e sempre que necessário. O tipo de dispositivo e modalidade de acesso, o preço do aparelho e do pacote de dados, a velocidade e o tipo de uso importam e muito. Precisamos disputar o que se qualifica enquanto significativo para garantir uma conectividade emancipadora. As prefeituras devem impulsionar programas de “Banda Larga na Periferia” e criar espaços para uso público da Internet, por exemplo a partir de escolas e praças.

2.

Soberania digital popular nas aplicações e também nas infraestruturas

A Soberania Digital Popular trata da construção de ferramentas, infraestruturas e plataformas socialistas e livres. As prefeituras devem estar engajadas na criação de condições para tal, bem como na elaboração de um imaginário coletivo e na capacitação da população, para que tenhamos tecnologias próprias e que viabilizem o rompimento do colonialismo digital e de dados. Soberania é também sobre como e para quê usar as tecnologias digitais, em diálogo com a população e seus contextos socioculturais. Se refere à criação e à adoção de tecnologias – digitais ou não – emancipadoras a partir da sabedoria popular e da ciência cidadã que sejam facilitadoras da paz, da autodeterminação dos povos, da promoção das igualdades digitais, da proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Que sejam softwares e tecnologias abertas, modificáveis e auditáveis, ou seja, “dinheiro público, código público”.

3.

Desenvolvimento e uso democrático de tecnologias digitais coerentes com os objetivos socioculturais e ecológicos dos territórios

O desenvolvimento e uso de tecnologias digitais devem ser contextualizados e ter como pré-requisito o respeito às culturas locais e a ecologia, como **um conjunto de políticas de prevenção, mitigação e adaptação aos impactos da destruição da biodiversidade, solo, água e ar**. Além disso, a **defesa da democracia** deve ser sempre uma prioridade diante de um quadro geral em que as plataformas, sejam de trabalho ou sociais, atuam ativamente para a promoção de movimentos reacionários, racistas, misóginos e fascistas e para a precarização do trabalho e da capacidade de mobilização da classe trabalhadora pelo socialismo. Indicamos a realização de planejamentos participativos para identificar as necessidades e os caminhos para o desenvolvimento tecnológico de cada cidade.

Como ler este documento?

Esse é um documento de diretrizes de tecnologias digitais para os programas municipais de governo do PSOL, bem como para aumentar o debate interno e acúmulo sobre a questão. Este não é um guia, um manual ou um passo a passo, mas sim uma síntese de discussões que devem estar presentes quando se for abordar o tema das tecnologias digitais na construção de qualquer programa de governo.



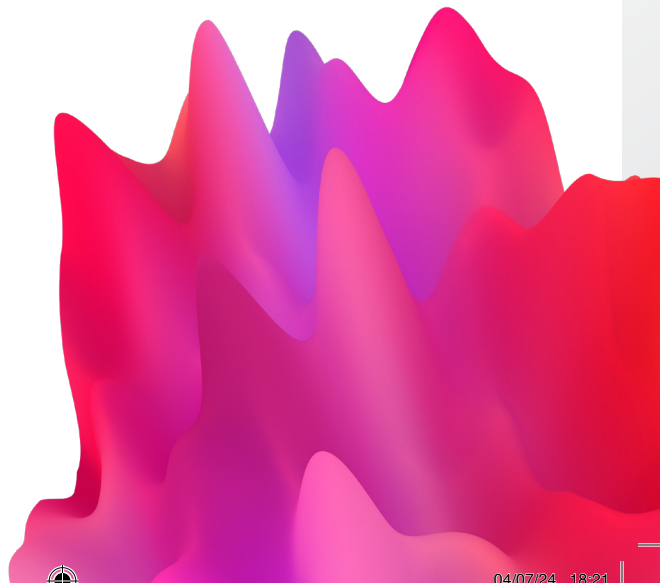
Sugerimos fortemente que todos leiam o nosso documento-base, o Decálogo para a Soberania Digital e Popular, a seguir, elaborado em 2023. Já as diretrizes delineadas podem ser diretamente incorporadas nos programas de governo, ou aprofundadas em propostas aderentes à realidade de cada cidade em que tivermos candidaturas em 2024.

Tanto na escrita do programa, como na criação de um efetivo plano de governo, lembrem-se: Vocês não estão sós!

Há experiências dentro do partido, nos municípios e no governo federal, no Brasil e mundo afora. Temos exemplos e materiais de contextualização para cada uma das diretrizes elencadas.

Falem conosco!

contato@psoltecnologia
.com.br



Decálogo

PARA A SOBERANIA
POPULAR DIGITAL

1. Criação e promoção de tecnologias inclusivas, livres, socialistas, populares, sustentáveis, feministas, antirracistas e anti-discriminatórias.

2. Internet para todas as pessoas. Garantia da conectividade, da liberdade de expressão e do acesso à informação de qualidade e diversa.

3. Combate às desigualdades digitais territoriais, pensando e agindo global e localmente.

4. Promoção da cultura livre e a tecnodiversidade, que as tecnologias digitais auxiliem na construção do Bem Viver.

5. Socialização e desenvolvimento de uma educação digital crítica, a partir de acúmulo e práticas emancipatórias dos movimentos sociais e formações tecnopolíticas abertas.

6. Luta pelo trabalho efetivamente decente e construção de uma economia digital solidária.

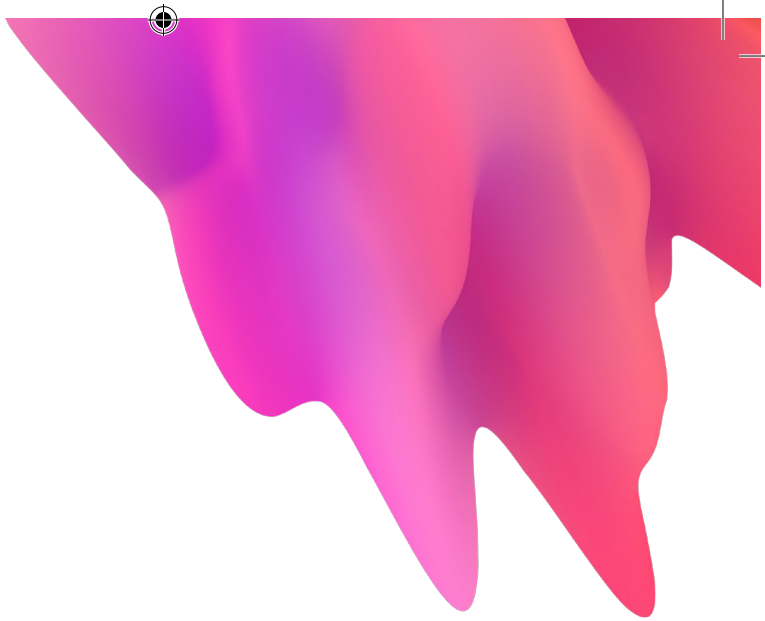
7. Regulação pública e participativa de plataformas digitais, de dados e de tecnologias emergentes, fomentando a inventividade e alternativas.

8. Uso, acesso e geração de dados para o bem comum, garantindo privacidade e priorizando modelos cooperativos de governança de dados.

9. Defesa de infraestruturas digitais públicas sob controle do Estado e fomento a infraestruturas federadas comunitárias baseadas em software livre.

10. Socialização da produção e do acesso às tecnologias, promovendo o fim da dependência e colocando-as a serviços das pessoas e do meio-ambiente.

Apresen- tação.



Vivemos em um tempo marcado por transformações sociais fortemente baseadas em tecnologias digitais, que têm sido controladas por poucas corporações em todo o mundo.

Não há neutralidade nessa dinâmica. As tecnologias digitais têm servido como propulsoras do neoliberalismo-fascismo nas últimas décadas, sendo utilizadas de forma hegemônica, para promover o individualismo, a privatização e a precarização.

Se o projeto reacionário que já está em execução continuar, as pessoas vão trabalhar mais, ganhar menos, sofrer mais violência e com eventos climáticos extremos (não só no mundo online), a educação pública vai deixar de existir e saúde será mais do que nunca um luxo para poucos... Precisamos agir imediatamente enquanto esquerda e partido para disputar essa trajetória. A um só tempo, é preciso refletir, criticar e criar. As próximas eleições municipais são fundamentais para isso.

Muitas vezes, na discussão sobre as tecnologias digitais, não sabemos onde queremos ir e, logo, qualquer caminho nos serve. Essa postura nos torna acríticos diante de um setor que é vetor

de transformações sociais importantes, e que devem, portanto, ser disputadas. Para tanto, precisamos definir alguns horizontes que queremos – bem como os que não queremos – para sabermos para onde e como navegar. Está entre os papéis do PSOL apontar um novo programa para reaproximar horizontes revolucionários, que possibilitem presentes e futuros mais belos e dignos do que o que tem sido a vida das pessoas. Não há hoje direitos, área de gestão ou área de entrega de serviços e políticas públicas que não dependam da Internet para funcionar.

Neste documento, o PSOL apresenta suas diretrizes para que as tecnologias digitais e a Internet sejam utilizadas para a garantia de direitos e como parte de um projeto de reposicionamento do Brasil e de seus municípios na economia contemporânea.

Tecnologias digitais que respeitem e promovam nossa diversidade de modos de vida, ao invés de reforçarem relações de dependência, dominação e opressão.

Tanto os usos quanto a infraestrutura que possibilita a conexão devem ser objeto de políticas públicas. As escolhas de softwares e sistemas a serem utilizados não são secundárias ou menores no conjunto das escolhas políticas e programas a serem feitos em setores como educação, saúde, assistência social, defesa das populações marginalizadas, justiça climática, entre outras.

Tecnologias, por outro lado, são frutos do conhecimento humano e, como tal, podem ser constituídas para promover direitos e enfrentar nossos desafios socioeconômicos e ambientais.

Compreender políticas de tecnologias como transversais e estruturais, com suas particularidades, é uma escolha central para que essas próprias políticas e programas possam ser realizadas com soberania, transparência, publicidade, impessoalidade e eficácia.

Hoje, poucas e gigantescas empresas capitalistas estadunidenses têm participação quase oligopólica no mercado e domínio sobre a gestão pública nos diversos países, caso também do Brasil. Somos cada vez mais dependentes de suas infraestruturas (cabos de conexão e “nuvens” de armazenamento, por exemplo) e de seus softwares e plataformas (como e-mails do Google e nuvem da Amazon), sistemas e ferramentas de redes

sociais (Instagram, Facebook, Twitter/X, WhatsApp etc) para a gestão do dia a dia do que é público e para a comunicação dos governos com nossos cidadãos. Um exemplo disso é a crescente adoção de conectividade da StarLink, do bilionário ovacionado pela extrema-direita Elon Musk, que se dá à revelia do que deveria ser a conectividade garantida por um serviço público, como do sistema Telebrás.


Junto com as tecnologias, vão também os interesses de seus donos, que acabam ainda lucrando muito com dinheiro público. Passamos a depender continuamente de compras exorbitantes de licenças de uso de softwares e de suas assistências técnicas para qualquer problema nos softwares ou alteração em um sistema. No governo Bolsonaro, tentou-se ampliar essa dependência, com a proposta

de privatização de duas empresas públicas, o Serpro e a Dataprev, o que felizmente foi revisto no governo Lula. Mas é preciso mais. Nosso objetivo é que nossa população seja desenvolvedora de tecnologias próprias, o que também gera emprego e renda.

As nossas tecnologias podem ampliar, de fato, a participação democrática e a gestão eficiente dos nossos municípios. Governos precisam obter e conceder informações (por exemplo, sobre o trânsito, demandas dos bairros, serviços de saúde etc.) e possibilitar que essas informações sejam objeto de um planejamento democrático. Os municípios têm um papel fundamental no fomento de políticas para que isso possa acontecer. Quando dependemos de empresas privadas, não temos como saber com certeza quais usos, análises e

para que estão usando e para quem estão entregando nossos dados. Não temos como auditar o uso de nossos próprios dados porque nossos dados e nossa gestão ficam hospedados em terra estrangeira, na qual não temos voz nem direitos.

O PSOL PODE E DEVE:

- 
- **1.** tomar a dianteira no debate sobre conectividade significativa e inclusão digital no Brasil, o que deve ser transversal a todas as lutas do partido;
 - **2.** reconhecer e compreender o legado das diversas lutas e se apropriar criativamente das melhores práticas em políticas digitais, começando pela gestão pública municipal;

→ **3.** atuar no desenvolvimento da educação, incentivando o uso de bens públicos educacionais e culturais abertos, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento;

→ **4.** defender investimentos e políticas em infraestrutura tecnológica digital soberana e aderentes às realidades locais;

→ **5.** promover a convergência entre uma agenda para economia digital solidária e a ecológica, apontando que há meios de unir a garantia de trabalho decente e a pauta ambiental, via soluções de escopo local e criação de empregos verdes.

Em síntese, devemos promover tecnologias aliadas da promoção de direitos, não da mercantilização e da precarização.

Em todo o mundo, temos visto as tecnologias digitais sendo utilizadas para aprofundar a mercantilização da vida e a precarização. Em vez da promessa de uma economia compartilhada, o que temos são plataformas digitais avançando sobre o controle das cidades e dos serviços públicos, por exemplo por meio de plataformas que alugam imóveis, facilitam vendas e ofertam corridas, sem regulação. Essa dinâmica altera as cidades - o que é visível no encarecimento de aluguéis de imóveis que passam a ser explorados como por meio do AirBnB, cada vez mais controlado por poucos e grandes grupos

privados, mas também no reforço do transporte individual em detrimento do serviço público, que é o que tem que ser fortalecido. Esse tipo de economia concentra riqueza e amplia a precarização, pois é baseada também na exploração de trabalhadoras e trabalhadores sem vínculo e sem direitos. As prefeituras devem impulsionar serviços públicos mediados por tecnologias, mas a partir de um planejamento participativo e com garantia de empregos com direitos. Devem ainda fomentar soluções inspiradas no cooperativismo.

Mas isso é só o começo, só os primeiros passos, podemos pensar além, muito além, e sem cair num tecnosolucionismo simplista de achar que as tecnologias digitais vão sozinhas resolver problemas estruturais.

Somos o partido que mais cresce no país, especialmente entre os jovens, geração que já é e será ainda mais afetada e, ao mesmo tempo, criadora de tecnologias. Temos essa responsabilidade de mostrar o caminho, aglutinando forças e com diálogo!

Bora?



Diretrizes

sobre Tecnologias Digitais para Programas de Governo nas Eleições Municipais de 2024

- Queremos um cenário em que os municípios garantam: 1) População com conectividade significativa; 2) Soberania digital popular também nas aplicações e infraestruturas; 3) Desenvolvimento e uso democrático de tecnologias digitais coerentes com os objetivos ecológicos dos territórios.

Para tanto, elencamos algumas diretrizes considerando o escopo municipal, a diversidade territorial, particularidades das tecnologias digitais e da Internet, por meio de uma análise das dimensões de: inclusão, educação, cultura, trabalho e justiça climática.

(Os nomes das propostas são apenas sugestões, alguns são baseados em programas que já existem ou existiram, é importante colocar nomes que façam sentido e tenham apelo popular em seu município.)

1. População com conectividade significativa

1.1. Internet Popular “Banda Larga nas Periferias”: Criar programas de conectividade significativa, com políticas de acesso universal na cidade, sendo esse um dos pilares da soberania tecnológica e da cidadania digital. Um foco prioritário deve ser a conectividade das periferias e áreas rurais mais afastadas. É importante estabelecer espaços públicos com conectividade significativa, como praças, bibliotecas, casas de cultura e telecentros, priorizando as áreas com menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e menor acesso à internet sem cair

em processos licitatórios com finalidade publicitária e extrativista de dados.

1.2. Cuidado Digital: Promover política de assistência comunitária de inclusão digital de forma a integrar as tecnologias emergentes e a Internet aos territórios, ao passo que se promova uma discussão acerca de dispositivos e conteúdos criticamente.

1.3. Redes Comuns: Fomentar redes comunitárias de Internet para que comunidades periféricas urbanas e rurais, bem como indígenas, ribeirinhas e quilombolas, possam se apropriar da infraestrutura e criar suas próprias políticas de conectividade.

1.4. Inclusão Digital+: Elaborar programas de alfabetização e letramento digital para grupos específicos, como populações vulnerabilizadas, pessoas

idosas, crianças e adolescentes, e para os cidadãos do município em geral. Isso diminuiria a velocidade da ascensão da extrema direita nos territórios.

2. Soberania digital popular também nas aplicações e infraestruturas

2.1. InfraDigital nas Escolas:

Garantir acesso igualitário às tecnologias educacionais, sempre em diálogo com a comunidade escolar e sem cair na “plataformização da educação”, formar

continuamente profissionais e estudantes, desenvolver currículos inclusivos e criar espaços tecnológicos, promovendo uma educação tecnológica livre, diversa, autônoma, crítica e segura.

2.2. Cibercultura Viva: Fornecer Kits Multimídia (computador, microfone, câmera e outros periféricos necessários para as diferentes produções culturais) em software livre, bem como formações para o uso deste via editais para grupos culturais locais, com as devidas formações e disseminação das obras produzidas, a começar por espaços públicos (bibliotecas, por exemplo, podem ser convertidas em centros multimídia). Construir, em conjunto, uma cultura de colaboração, reapropriação, conhecimento livre e solidariedade ao invés de uma cultura de competição e propriedade individual.

2.3. EducaMídia: Elaborar uma política municipal de educação midiática, por meio de formações sobre acesso à informação, combate à desinformação, ao negacionismo climático e ao discurso de ódio e uso de dados. Simultaneamente, promover a comunicação pública e comunitária, de modo que as pessoas possam ter acesso a um conjunto diverso de informações e opiniões.

2.4. InventivaLab Mão na Massa: Criar Laboratório de Inovação, conforme sugerido na “Lei de Governo Digital” de 2021, um laboratório aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública para a promoção e experimentação de tecnologias abertas e livres; fomento à

participação social e à transparência pública; e onde se possa promover políticas públicas orientadas por dados, inclusão, criatividade, participação, pensamento crítico e cidadania digital.

2.5. Conecta Docente: Formar professoras e professores adequadamente acerca da educação digital e inserir esse tema no currículo escolar. As prefeituras do PSOL não utilizarão ferramentas de IA desenvolvidas por empresas estrangeiras na educação pública. Vamos estimular a discussão sobre as formas que a IA pode beneficiar a comunidade escolar e quais tecnologias devem responder a isso. Defendemos a ampliação do acesso e conhecimento tecnológico dos professores, disseminação de práticas bem-sucedidas, formação continuada por meio de parcerias institucionais, e capacitação

autônoma de profissionais para atender às demandas tecnológicas da comunidade.

3. Desenvolvimento e uso democrático de tecnologias digitais coerentes com os objetivos socioculturais ecológicos dos territórios

3.1. Decidimos: Criar um processo de planejamento democrático, a partir da socialização de informações e realização de discussões sobre as demandas das cidades. Aperfeiçoar a ouvidoria do município, criando canais acessíveis e transparentes para recepção de demandas, diálogos e deliberação, com o objetivo de promover um sistema de participação efetiva alinhado às necessidades reais das comunidades utilizando ferramentas digitais.

3.2. Localivre: Elaborar mapa colaborativo georreferenciado (“Geo[nome da cidade]”) em software livre, para evitar oligopólios regionais dependentes da Google e outras empresas, que fomente a identificação e a articulação dos agentes culturais e de resiliência ambiental. O Mapa pode conter a divulgação (via

serviços de mensageria e alertas) do conjunto das atividades culturais, os pontos de interesse do governo, escolas, praças e parques; campanhas de saúde; além de centros comunitários periféricos.

3.3. Impulso Eco-Solidário Digital:

Incentivar e fomentar a economia solidária digital como alternativa ao empreendedorismo para inclusão em diversos setores econômicos. As tecnologias podem ajudar a identificar e planejar o uso dos bens comuns, como água e eletricidade. Também podem ser empregadas na prevenção de desastres. Estudar exemplos de sucesso no mundo, que possam indicar horizontes para o desenvolvimento do programa, desde que orientados e adaptados à realidade dos municípios brasileiros (como o MatchImpulsa de Barcelona).

3.4. Meu Direito ao Conserto:

Dentro do escopo de incentivo à economia digital solidária e circular, capacitar e integrar cooperativas, assistências técnicas, eco-pontos e catadores à rede de serviços de reparo, reciclagem e descarte responsável de lixo eletrônico. Promover cooperativas de conserto eletrônico e mediar parcerias com entidades privadas. Fomentar uma cultura da reciclagem e uma cultura do conserto no município.

3.5. Cidade Resiliente e

Conectada: Realizar campanhas populares de cadastro na Interface de Divulgação de Alertas Públicos (Idap), serviço que permite o envio de alertas pela Defesa Civil através de diversos meios digitais. Uma atenção especial à implementação dessa proposta deve ser dada aos mais de 1000 municípios

em áreas de risco e mais suscetíveis a desastres climáticos que já são monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), caso seu município esteja registrado.

Para qualquer esclarecimento
não deixe de falar conosco!

**[contato@psoltecnologia.
com.br](mailto:contato@psoltecnologia.com.br)**

Agendamos um papo com cada
candidatura e explicamos o
passo a passo!



**coletivo de tecnologia
e soberania digital**